

**Notas sobre a presença do Brasil
na construção transnacional da noção de meio ambiente.**

BEATRIZ HELENA SCIGLIANO CARNEIRO

Resumo

Esta comunicação apresenta parte de uma pesquisa acerca da participação brasileira nos eventos internacionais referentes às questões de saúde e recursos naturais de 1945, data de criação da ONU, até a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, e seus desdobramentos na década seguinte. Este período da pesquisa é um dos momentos em que se produz a chamada ecopolítica por meio de estratégias transnacionais de governo planetário, estabelecidas por tratados, convenções, agendas, decorrentes de encontros e conferências organizados por órgãos internacionais, junto com cientistas, políticos, ambientalistas, empresários e respectivas associações setoriais. Dentre as conferências, além de encontros para o estabelecimento de tratados sobre energia nuclear, exploração do espaço sideral e aspectos referentes ao mar, destacam-se, a Conferência da Biosfera de 1968, as reuniões preparatórias para a Conferência da ONU em 1972, no caso, os Encontro de Founex, e a própria Conferência em Estocolmo. O foco da comunicação recai na construção da noção de meio ambiente por meio desses eventos, noção capaz de aglutinar aspectos biopolíticos, saúde, população, relação da população com o meio, o uso dos recursos naturais, assim como o saber ecológico, a economia e a preocupação com a vida no planeta. Serão apresentadas algumas forças mobilizadas a partir do Brasil para a participação, às vezes até co-organização, em alguns encontros internacionais, e os efeitos destes no arranjo das forças internas do país em torno das questões referentes ao campo ambiental.

O discurso do governo do planeta foi sendo construído paulatinamente pelo século XX junto com a construção da noção de meio ambiente, na medida em que este se torna alvo de uma gestão planejada e objeto de disputas em torno das formas da governamentalidade com base na consagração de verdades difundidas enquanto tais. Verdades que foram buscadas no conhecimento propiciado pela ecologia. O meio-ambiente se *contaminou* com esse saber *ecológico* e ambos fluem como alvo e estratégia do governo planetário, mantendo distinções, porém, que podem apontar virtualidades de fuga.

A noção de *meio* aparece nas ciências biológicas com Lamarck, antes disso, era uma noção exclusiva dos físicos newtonianos. Com uma conotação mecânica, o termo assinala a distância da ação de um corpo sobre o outro, relaciona-se com a circulação, com os movimentos dos corpos e mútuas interferências.¹ (FOUCAULT. 2004:22) Em seus estudos sobre a governamentalidade, Foucault mostra que esta conta com técnicas políticas voltadas para intervenções no meio – *milieu* – para assim se chegar ao governo da população,² o novo alvo do poder a partir do século XVIII. Dentre as “coisas”, alvo da governamentalidade, estão o *meio* e o uso dos recursos na economia. Os dispositivos de segurança se implantam na biopolítica, nome da técnica das relações de poder que se dirige ao homem-espécie, afetado por processos vitais como nascimento, morte, doenças, especialmente as endêmicas. Preocupa-se agora com as relações entre a espécie humana e seu *meio*, por exemplo, as epidemias poderiam ser efeitos dos pântanos ou do meio artificial humano: as cidades, e ambas mereceriam intervenções.³ A noção de meio não foi apenas usada, mas construída com injunções de sentido político: “*Os dispositivos de segurança trabalham, fabricam, organizam, administram um meio antes mesmo que a noção esteja formada e isolada.*”⁴

Para a questão da construção de políticas para o planeta, além do final da II Guerra com a explosão de duas Bombas atômicas no Japão, os acontecimentos marcantes de 1945 foram a criação da Organização das Nações Unidas, as ações de reconstrução de guerra pelo Plano Marshall e a formação do Bloco comunista nos países do Leste. Os assuntos relativos ao que hoje se define como meio ambiente estavam na época ainda sob a égide de tratados entre países e parcialmente multilaterais mediados pela Liga das Nações, fundada em 1919, e assimilada pela ONU. Durante os anos da II guerra e pouco antes, no final dos anos 30, os mais importantes acordos referentes à proteção da natureza foram celebrados na América, como o Tratado sobre aves aquáticas migratórias, de 1937, assinado entre EUA, Canadá e México; e a Convenção da Proteção da Natureza e Preservação da Vida Selvagem no Hemisfério Ocidental, de

¹ M. FOUCAULT. *Securité, Territoire, Population*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004, p,22.

² Idem. p.23.

³ M. FOUCAULT. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 292.

⁴ M. FOUCAULT. *Securité, Territoire, Population*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004, p,22.

1940, que contava com a participação de representantes brasileiros. Os objetivos eram: preservar da extinção todas as espécies e gêneros da flora e fauna nativas da América; preservar áreas de beleza extraordinária, de formações geológicas raras ou de valor histórico ou científico.⁵

A partir de 1945, inicia-se nova configuração das forças internacionais, além da ONU, outros órgãos internacionais ligados a ela são criados, entre eles a Organização Mundial de Saúde OMS, em 1948 e a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*.- UNESCO, fundada em 1946. Junto à UNESCO, entre 1945 e 1952, havia sido proposta a criação de um instituto para estudos amazônicos, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica por iniciativa do químico industrial Paulo Estevão Carneiro. O diretor geral da UNESCO Julien Huxley apoiou o projeto, mas mesmo assim, enquanto instituição internacional, a idéia não prosperou e, anos mais tarde, a proposta resultou no Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia – INPA.⁶

Em 1949, duas conferências internacionais sobre recursos naturais foram realizadas em *Lake Success*, nas proximidades de Nova Iorque, e assinalaram a entrada da ONU e da UNESCO na questão da conservação e uso dos recursos, mediante uma discussão entre técnicos e cientistas. A ONU organizou a Conferência Científica sobre Conservação e Uso dos Recursos (*United Nations Scientific Conference on Conservation and Utilizations of Resources – UNSCCUR*),⁷ junto com a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - FAO, a OMS e a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Contou com representantes científicos de 49 países (a União Soviética não participou, a Guerra Fria já se iniciara). O Brasil enviou uma delegação de 9 cientistas em que predominavam geólogos e químicos, um bioquímico ligado ao setor de alimentos, um agrônomo e um pedagogo.

⁵ Texto disponível em português:
http://www.pick-upau.org.br/mundo/convencao_fauna_flora_america/convencao_fauna_flora.htm
Acessado em 10 de setembro de 2010.

⁶ Marcos Chor Maio; Magali Romero Sá. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. VI (suplemento), 975-1017, setembro 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v6s0/v6s0a10.pdf> Acessado em 3 de janeiro de 2011.

⁷ Texto disponível em
http://www.archive.org/stream/proceedingsofthe029855mbp/proceedingsofthe029855mbp_djvu.txt
Acessado em 1 de setembro de 2010.

A UNESCO empreendeu a Conferência Técnica Internacional para a proteção da Natureza⁸, com a participação de representantes de 39 países, junto com a recém fundada União Internacional para a Proteção da Natureza - UIPN, posteriormente renomeada como União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN, uma das primeiras ONGS transnacionais. A discussão girou em torno da educação e da ecologia.⁹ O Brasil enviou apenas um representante, Olivério M. de O. Pinto, diretor do Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura de São Paulo, que apresentou uma comunicação sobre o problema das espécies animais em vias de extinção no Brasil.¹⁰

Nas Nações Unidas predominava, porém, a prioridade ao desenvolvimento econômico e à aplicação da tecnologia de ponta na utilização desses recursos especialmente nas ações do Conselho Econômico Social (*Economic and Social Council – ECOSOC*). Na época, a prioridade das agências internacionais era a reabilitação do mundo no pós-guerra e o combate à fome mediante otimização da produção e fornecimento de alimentos, este último tema estava já na pauta da extinta Liga das Nações. A agência criada para tratar disso dentro de um amplo planejamento contra a fome foi a *Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO*.

Por salientarem a especificidade dos recursos naturais e a necessidade de estudos científicos para melhor administrá-los, a realização das duas importantes conferências teve sua importância avaliada recentemente.¹¹ Suas agendas específicas de proteção à natureza foram retomadas vinte anos mais tarde, em 1968, com a Conferência da Biosfera em Paris e com proposta do grande encontro sobre o Ambiente Humano, realizado em 1972, em Estocolmo, o qual consolidou a noção de meio ambiente.

⁸ UNESCO Proceedings and Papers/ Proces- Verbaux et Rapports (bilíngüe francês e inglês) Paris, Bruxelas; UNESCO, 1950. Texto disponível em http://www.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=133578&set=4BC216E4_1_52&gp=1&lin=1&ll=1 Acessado em 1 de setembro de 2010.

⁹ J. McCormick. *Rumo ao Paraíso: a História do movimento ambientalista*. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992. p 53.

¹⁰ Olivério M. de O. Pinto, diretor do Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura de São Paulo. O texto de sua comunicação está em UNESCO, op.cit. pp.528 a 530, disponível em http://www.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=133578&set=4BC216E4_1_52&gp=1&lin=1&ll=1

¹¹ J. McCormick, op. cit. p.53.

Contudo, até a preparação da Conferência de Estocolmo, os acordos mais decisivos que as organizações internacionais elaboraram em relação às descobertas tecnológicas de ponta e sua relação com o ambiente planetário foram o Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares, de 1963, por iniciativa da União Soviética, Grã-Bretanha e Estados Unidos,¹² e o Tratado do Espaço Exterior, também conhecido como Tratado sobre os Princípios que Governam as Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior, Incluindo a Lua e Outros Corpos Celestes, de 1967.

Em relação à energia nuclear, apesar da desconfiança de parte da opinião pública mundial, os testes nucleares a céu aberto continuaram até a década de 1960, trazendo contaminação radioativa, espalhada pelo vento a locais distantes da explosão. A ameaça da radioatividade tornou-se real também pela comprovação científica de seus efeitos, amplamente divulgada, além das evidências inscritas nos corpos dos afetados pela explosões. O tratado de 1963 pode ser considerado um acordo internacional pioneiro em que a segurança mundial ao se associar ao meio ambiente tornou-se objetivo prioritário.¹³

Em 1968, elaborou-se Tratado da Não Proliferação de Armas Nucleares, assinado pelo Brasil em 1992, pelo qual os signatários que não tinham ainda bombas atômicas se comprometiam a não fabricá-las, e permitiriam inspeções periódicas da Agência Internacional de Energia Atômica. O assunto continua gerando discussões sobre a desigualdade entre os países. A pretexto de desenvolver fontes de energia, muitas nações acabavam levantando a suspeita de estarem criando a bomba. No caso do Brasil a questão complica-se pois muitas decisões envolvem sigilo militar, desde o Acordo Brasil Alemanha para a construção das Usinas de Angra e projeto Aramar em São Paulo¹⁴ até a recente relutância em assinar um Protocolo Adicional do Tratado. A energia nuclear não saiu da pauta do setor da defesa. No documento Estratégia Nacional de Defesa, de 2008, aparece a razão da demora brasileira em assinar um mais restritivo protocolo adicional do TNP:

¹² Texto disponível em <http://www.state.gov/t/isn/4797.htm>. Acessado em 3 de janeiro de 2011.

¹³ J. McCormick. Op. Cit. p.69.

¹⁴ Centro Ecumênico de Documentação e Informação CEDI et al. *De Angra a Aramar: os militares a caminho da Bomba*. Rio de Janeiro: CEDI, sem data.

“O Brasil zelará por manter abertas as vias de acesso ao desenvolvimento de suas tecnologias de energia nuclear. Não aderirá a acréscimos ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares destinados a ampliar as restrições do Tratado sem que as potências nucleares tenham avançado na premissa central do Tratado: seu próprio desarmamento nuclear.”¹⁵

A questão específica dos testes nucleares é regida pelo Tratado de Interdição Completa de Testes Nucleares de 1996, que proíbe explosões nucleares seja qual for a finalidade ou o lugar. No entanto, ainda não foi ratificado por todas as nações para, assim, ser colocado em prática; o Brasil ratificou-o em 1998.¹⁶

Em 1959, a tecnologia mostrou uma face amigável. A União Soviética acelerou seu programa espacial e procurou criar uma era de otimismo ao lançar o primeiro satélite em órbita, o Sputnik, e, dois anos depois, em 1961, o primeiro homem no espaço, Yuri Gágarin. Os comentários desse primeiro astronauta sobre a beleza do planeta terra foram divulgados como uma mensagem de paz e humanismo. O uso do espaço exterior tornou-se uma realidade. Os norte-americanos se apressam para recuperar o tempo perdido. Em final de 1968, a espaçonave Apolo 8 saiu da órbita da Terra e deu a volta na Lua, as primeiras fotos da terra solta no espaço foram divulgadas em revistas e televisão pelo mundo, com grande repercussão. Astronautas da Apollo 11 pisaram na lua em 1969, deixando no solo lunar pegadas, uma bandeira dos Estados Unidos e a frase em uma placa de metal: *"Aqui os homens do planeta Terra puseram pela primeira vez os pés na Lua. Julho de 1969 DC. Viemos em paz em nome de toda a humanidade"*.¹⁷

A preocupação em se garantir o uso do espaço “para o benefício da humanidade” vinha pelo menos há 10 anos antes da viagem à Lua. Em 1958, no ano anterior do lançamento do Sputnik, uma Resolução da ONU¹⁸ criou o Comitê do Uso Pacífico do

¹⁵ Trecho da Estratégia Nacional de Defesa, *apud* Reinaldo Azevedo blog. *Há quem queira a Bomba brasileira e esse debate tem de sair do armário*.
<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/ha-quem-queira-a-bomba-brasileira-e-esse-debate-tem-de-sair-do-armario/> Acessado em 2 de fevereiro de 2011

¹⁶ Informação oficial no site de *Comprehensive Nuclear Test-Ban Treaty*
<http://www.ctbto.org/member-states/country-profiles/?country=24&cHash=25626fb675>
Acessado em 3 de fevereiro.

¹⁷ Biografia de Neil Amrstrong: <http://www.imdb.com/name/nm0035842/bio>

¹⁸ Texto da resolução disponível em
http://www.unoosa.org/oosa/SpaceLaw/gares/html/gares_13_1348.html
Acessado em 5 de fevereiro de 2011.

Espaço Exterior, para estabelecer a cooperação entre as nações no assunto¹⁹. Os países representados no Comitê nesse primeiro encontro, eram Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Tchecoslováquia, França, Índia, Iran, Itália, Japão, México, Polônia, Suécia, União das Republicas Socialistas Soviéticas, Republica dos Emirados Árabes, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Resultado das atividades do Comitê, o Tratado do Espaço Exterior de 1967, é um marco na legislação internacional sobre o assunto. Proíbe que qualquer nação reivindique a posse de corpos celestes posto que estes pertencem a toda humanidade, proíbe armas nucleares e de destruição em massa na órbita da terra.²⁰

No planeta terra, 1968 marcou-se como ano de grandes manifestações nas ruas de varias cidades do mundo, contra a guerra do Vietnam, a política conservadora, contra ditaduras. As questões referentes à poluição e destruição do meio ambiente entraram na pauta dos jovens que protestaram.

“O descontentamento estendeu-se até a obsessão por sucesso e segurança das gerações mais velhas. Materialismo, tecnologia, poder, lucro e crescimento eram caracterizados como símbolos do que havia de pior na sociedade ocidental e como ameaças ao meio ambiente.[...] O movimento *hippie* do final dos anos 60 encarnou a escola moral e *anti-establishment* do ambientalismo nos Estados Unidos, em que o retorno às áreas virgens e à natureza era o único caminho para manter os valores da terra num mundo materialista.”²¹

No entanto, nesse mesmo ano, em Roma, Aurelio Peccei, um executivo italiano de empresas como Fiat e Olivetti, reuniu um grupo de empresários, cientistas e tecnólogos para discutir os rumos econômicos da humanidade e buscar soluções inovadoras para os problemas a serem diagnosticados no encontro, fundando assim, o Clube de Roma. Das primeiras reuniões surgiu um Projeto sobre a Condição da Humanidade, cujo objetivo era examinar a ‘problemática mundial’, na qual se incluíam pobreza, desemprego, poluição, crescimento urbano desordenado, desemprego, inflação, “*perda da confiança*

¹⁹ Site do Committee on the Peaceful Uses of Outer Space:
<http://www.unoosa.org/oosa/COPUOS/copuos.html>

²⁰ Texto em espanhol disponível em <http://www.unoosa.org/pdf/publications/STSPACE11S.pdf>
Acessado em 6 de janeiro de 2011.

²¹ J. McCormick. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Tradução de Marco Antonio Esteves; Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992, p.77.

*nas instituições, alienação da juventude, rejeição de valores tradicionais.”*²² Para a compreensão do conjunto e da interação dos fatores, se propôs o desenvolvimento de um modelo matemático para o diagnóstico e o prognóstico de cenários futuros. Houve o apoio de profissionais do MIT e o resultado foi o livro “*Os limites ao crescimento*” de Denis Meadows e equipe, publicado em 1972. Concluiu-se que o planeta não suportaria o crescimento populacional pois este pressiona os recursos naturais e energéticos e leva ao aumento da poluição. No entanto, diagnosticado o problema, “*é possível alterar essas tendências de crescimento e chegar a uma condição de estabilidade ecológica e econômica que fosse sustentável por muito tempo no futuro.*”²³

Ainda durante 1968, dois eventos são decisivos para a constituição do campo ambiental; a Conferência da Biosfera, realizada em Paris pela UNESCO, e a resolução da ONU em realizar uma conferência marcada para 1972, sobre “*os problemas do ambiente humano*”²⁴, acatando uma recomendação do Conselho Socio-Econômico (ECOSOC). Pela primeira vez, os assuntos agrupados e denominados *ambientais* foram incluídos na pauta principal das atividades da ONU.

O objetivo da Conferência da Biosfera seria montar uma base científica de alto nível para o uso racional e conservação dos recursos, e marcou a entrada do termo biosfera na política internacional. Entre outros resultados da reunião, foi criada uma estrutura institucional para estudos e atuação para se estabelecerem reservas da biosfera em vários locais do mundo, assegurando a preservação de algumas áreas e a conservação racional de biomas identificados como importantes.²⁵ Em todo caso, “a preservação da natureza sob forma de santuários é abandonada em prol da conservação pela qual se visa a melhoria das qualidades humanas.”²⁶ Em relação à participação brasileira, o vice-presidente da Conferência de Paris foi o Carlos Chagas, membro da

²² William Watts. Foreword in D.Meadows et al., *The limits to growth. a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. New York:Universe Books, 1972. p.12.

²³ D. Meadows et al.. *Op.Cit.* p. 24

²⁴ Resolução 1346, 45º Sessão ECOSOC. Texto disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/591/48/IMG/NR059148.pdf?OpenElement>
Acessado em 1 de setembro de 2010.

²⁵ Preservação se refere a uma proteção integral de uma área proibindo ocupação e uso humanos e evitando a predação por espécies invasoras. Conservação implica uso racional, ou seja, balizado pelo conhecimento técnico e científico de modo a manter os recursos dentro de sua capacidade de suportar as atividades humanas sem se deteriorarem.

²⁶ P. Acot. *Op. Cit.* p.167.

UNESCO. Um dos redatores do documento *Preservação de áreas naturais e ecossistemas: proteção à espécies raras e ameaçadas*, foi o entomologista José Cândido de Melo Carvalho (1914-1994).²⁷

Além dos resultados da Conferência de Paris, a decisão da ONU em montar um grande encontro sobre o meio ambiente foi impulsionada pelo impacto causado na ECOSOC por um relatório da Unesco e FAO sobre a conservação e uso racional dos recursos na questão de produção de alimentos e um documento da Organização Mundial da Saúde sobre os efeitos da poluição na saúde humana.²⁸ O diretor da Organização Mundial de Saúde no período de 1953 e 1973, foi o médico brasileiro Marcelino Candau (1911-1983), que também esteve presente na Conferência citada; os estudos sobre poluição da OMS foram realizados em sua gestão.

No Brasil, nessa época havia algumas ações para evitar ou ao menos controlar os efeitos da poluição que já afetavam cidades industrializadas. Em fevereiro de 1967, o Decreto lei 303 define o conceito de poluição e cria o Conselho Nacional de Controle da Poluição, pela primeira vez o termo ‘meio-ambiente’ aparece em um, texto legal brasileiro. Meses depois é estabelecida a Política Nacional de Saneamento, na qual se incluem ações o controle da poluição industrial.²⁹

Os três eixos, biosfera, uso de recursos naturais e poluição configuraram o que se considera hoje como *meio ambiente* e nessa interseção entre os três elementos, o destaque recai nos efeitos das atividades humanas enquanto capazes de criar um ambiente específico. No início, a proposta da ONU seria apenas de um encontro para comentar problemas do meio ambiente humano. Mas em 1970, cogitou-se que fossem estabelecidos programas de ação efetiva mediante cooperação internacional. O governo da Suécia interessou-se em sediar o evento. A discussão sobre poluição industrial estava na pauta sueca devido às constantes chuvas ácidas no país vindas da poluição das

²⁷ Use and Conservation of the Biosphere. Proceedings of the Intergovernmental Conference of Experts on the Scientific Basis for Rational Use and Conservation of the Resources of the Biosphere: Paris, 4-13 September, 1968. Liege/Belgica: UNESCO, 1970. Disponível em <http://annals.org/content/73/4/675.4.extract> Acesso em 15 de setembro de 2010.

²⁸ World Health Organization. Technical Report Series n° 406. *Research into Environmental Pollution*. Geneva: WHO, 1968.

²⁹ M. Bursztyn; M. Persegona. *A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.p. 133.

indústrias da Europa ocidental. A ONU (representada por U Thant) nomeou Maurice Strong, empresário canadense do setor de petróleo, ambientalista e colaborador da instituição, para Secretário Geral da Conferência, posição que ele continuou a assumir na Conferência Rio 92. Uma das primeiras medidas para organizar o encontro em Estocolmo foi solicitar um estudo para ser discutido como base da reunião. Dessa iniciativa resultou o livro “*Uma terra somente*”³⁰ de Bárbara Ward e René Dubos, preparado com o auxílio de 152 consultores do mundo inteiro. Do Brasil, participaram Carlos Chagas (1910-2000), biofísico da UFRJ; e Francisco Salzano, professor de Genética em Porto Alegre.

No entanto, a perspectiva de uma discussão sobre o uso dos recursos e poluição não foi do agrado da maioria dos países, houve uma crítica feroz aos limites ao crescimento e ao ambientalismo malthusiano que predominavam nos países industrializados. Discutidas apenas em países ricos, as propostas de *crescimento zero* ensejavam medidas drásticas de intervenção e causavam desconfiança nos dirigentes dos países chamados subdesenvolvidos. A conferência foi considerada uma iniciativa de países desenvolvidos no sentido de coibir o crescimento dos demais a pretexto de medidas contra a chamada deterioração do ambiente e poluição. No primeiro momento de sua atuação, Strong trabalhou para conseguir a adesão dos países industrializados para participarem da Conferência e ao mesmo tempo, visitou trinta países não desenvolvidos, buscando se reunir com autoridades locais para lhes assegurar que haveria debate na Conferência, que a discussão não estava fechada e não havia decisões já acordadas.

Na primavera de 1971, foi realizado um seminário preparatório para debater as questões do desenvolvimento econômico com a presença de 27 especialistas de várias nações. O evento se deu em Founex, nos arredores de Genebra. Como representante do Brasil estava o diplomata Miguel Ozório de Almeida, posteriormente chefe da delegação brasileira em Estocolmo. A posição brasileira nesse encontro foi de confronto. Evocando a soberania dos Estados nacionais, a representação brasileira manifestou-se contra qualquer medida de controle das atividades econômicas por

³⁰ Barbara Ward; René Dubos. *Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. Tradução Antonio Lamberti. São Paulo: Edusp. Melhoramentos, Edgard Blücher. 1972.

injunções internacionais. Contudo, também sugeriu que se criassem medidas financeiras de apoio por parte de países ricos às ações de proteção ambiental de países pobres.

O Encontro de Founex foi uma prévia do que ocorreria em Estocolmo, onde o conflito Norte-Sul em relação ao chamado desenvolvimento transpareceu, com o Brasil mantendo-se na linha de frente da crítica às tentativas de impor limites ao crescimento. Essas posições forçaram que se considerassem com cuidado as relações entre meio ambiente e economia. As duas reuniões preparatórias da Conferência, em 1971 e março de 1972, ambas em Nova Iorque, marcaram-se pela inclusão no conceito de ‘meio ambiente’, não apenas das questões ecológicas ou efeitos de poluição na saúde humana, mas problemas da sociedade, como a fome, miséria, más condições de habitações, saneamento, doença, “*tudo aquilo por que lutam os países pobres.*”³¹ Assim a noção de meio ambiente se complementou com questões sociais e adquiriu a faceta com a qual se opera hoje.

De 5 a 12 de junho de 1972, em Estocolmo, ocorreu a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, com representantes de 113 países, 250 organizações não-governamentais e outros organismos da ONU. Na época foi o maior encontro internacional em número de países participantes, só não foi ainda maior devido ao boicote da URSS e outros países do leste europeu, sob efeito da guerra fria, a China porém estava presente.. A discussões foram muito acirradas e giraram em torno da relação entre desenvolvimento econômico e deterioração ambiental, tema pela primeira vez destacado na agenda internacional, como um explícito conflito entre Primeiro e Terceiro Mundos. Indira Gandhi, primeira ministra da Índia, o único chefe de estado presente na reunião, afirmou que a “pobreza é a pior poluição”, e com isso alertou para os perigos de se limitar o crescimento de países pobres.

Depois dessa conferencia, os ambientalistas começaram a participar mais ativamente das políticas de governos de seus países. No encontro, as ONGs passaram a se articular em torno de temas comuns e foram ganhando força. Houve um compromisso que o tema *meio ambiente* entraria na agenda de cada país integrante da ONU.

³¹ Ramón Tamas. *Crítica dos limites do crescimento: ecologia e desenvolvimento*. Tradução de José Maria Brandão de Brito. Lisboa: Dom Quixote, 1983, p. 210.

A Conferência produziu a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, uma declaração de princípios de comportamento e responsabilidade das decisões concernentes a questões ambientais. a serem cumpridas.

A declaração de Estocolmo conta com 26 princípios agrupados em cinco blocos:

- 1) os recursos naturais deveriam ser conservados, a capacidade da terra de produzir recursos renováveis deveria ser mantida e os recursos não renováveis deveriam ser compartilhados;
- 2) desenvolvimento e preocupação ambiental deveriam andar juntos e os países desenvolvidos deveriam ajudar os não desenvolvidos a implementarem políticas de proteção ambiental;
- 3) cada país deveria estabelecer seus padrões de administração ambiental e explorar seus recursos mas sem prejudicar ou colocar em perigos outros países. Deveria haver cooperação internacional na questão do meio ambiente.
- 4) a poluição não deveria exceder a capacidade do meio ambiente de se recuperar; a poluição dos mares deveria ser evitada.
- 5) ciência, educação, tecnologia e pesquisa deveriam ser utilizadas para a proteção ambiental ³²

A Declaração de Estocolmo seria equivalente à declaração dos Direitos Humanos da ONU,³³ Mesmo as declarações posteriores, como a Declaração do Rio 92, ou a Carta da Terra, não se afastaram do pioneirismo desse documento.

Outro resultado formal de Estocolmo 72 foi um Plano de Ação que convocava todos os países, os organismos das Nações Unidas, bem como todas as organizações internacionais a cooperarem na busca de soluções para uma série de problemas ambientais. O plano tinha 109 recomendações distintas, agrupadas em três categorias: avaliação ambiental, administração ambiental e medidas de apoio. Metade tratava de conservação de recursos naturais, e o restante cobria temas como assentamentos

³² J. McCormick. Op. Cit. P.110.

³³ Guido Soares. O meio ambiente global: de Estocolmo à Eco-92 e a América Latina. In G.Soaes et, al. *Ecologia, Sociedade, Estado*. São Paulo: EDUC 1995.p.82.

humanos, rurais e urbanos; poluição, desenvolvimento e meio ambiente, educação e informação.³⁴

Em Estocolmo decidiu-se também que a ONU realizaria uma segunda Conferência. No entanto, esta foi organizada vinte anos depois, a Cúpula da Terra, ou Eco-92, no Rio de Janeiro. Logo após o encontro de Estocolmo, o assunto ambiental perdeu a força de mobilização internacional devido em parte à crise econômica mundial instaurada em 1973, com o aumento dos preços do petróleo em quase 300%, agravada por uma mudança cambial. Foi momento de uma transformação no sistema econômico mundial, cujo reflexo no Brasil, em linhas gerais foi desacelerar o processo de crescimento econômico, o chamado ‘milagre brasileiro’. A crise econômica e principalmente financeira obrigou mudanças nas políticas e na gestão dos recursos naturais, e ao mesmo tempo diminuiu a oferta de recursos para a proteção ambiental.

Em 1972, foi criado o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), com sede em Nairobi. Ao PNUMA deveria caber a implementação do Plano de Ação da Conferência, inclusive o Programa de Vigilância, *Earthwatch*, rede planejada para pesquisar, monitorar e avaliar as tendências e processos ambientais, identificando riscos ambientais e situação de recursos naturais. No entanto, o PNUMA fora concebido sem um orçamento condizente com as tarefas propostas e sem poderes executivos para implantá-las, o que dificultou sua consolidação.³⁵ Mesmo assim, nos primeiros anos, sob sua égide, uma série de estudos ecológicos e econômicos foram realizados, destacando-se em 1980, a Estratégia Mundial para a Conservação, junto com UICN e a *World Wildlife Fund*, em que aparece o uso pioneiro da expressão “desenvolvimento sustentável”. O desenvolvimento econômico que se pautasse pela sustentabilidade deveria considerar a “capacidade de suporte” dos ecossistemas utilizados. A noção de sustentabilidade procede da ecologia:

“A noção de sustentabilidade ou de durabilidade se origina de teorizações e práticas ecológicas que tentam analisar a evolução temporal de recursos naturais, tomando por base a sua persistência, manutenção ou capacidade de retorno a um

³⁴ J. McCormick. *Op.Cit.* pp 110-111

³⁵ Cf. Capítulo 6 O programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. J. McCormick. *Op.Cit.*

presumido estado de equilíbrio, após algum tipo de perturbação”³⁶

Em 1973, Maurice Strong cunhou o termo ecodesenvolvimento, destinado a definir um estilo de crescimento econômico adequado ao terceiro mundo, em que se desenvolve a economia com mínima alteração ambiental. Ignacy Sachs aprimorou a noção ao definir ecodesenvolvimento como um tipo de crescimento que investe nas soluções específicas de problemas particulares, considerando dados ecológicos e culturais, e as necessidades tanto imediatas quanto de longo prazo³⁷

No Brasil, em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente ligada à Presidência da República, com o ambientalista Paulo Nogueira Neto como secretário. O Brasil aderiu ao Programa da UNESCO :Homem e a Biosfera (MAB), e em 1974, foi criada a Comissão Brasileira do programa COBRAMAB, em que se comprometia a criar ao menos uma área de reserva para cada bioma.³⁸ A partir de 1975, as leis de controle da poluição se tornaram mais específicas, com planos de ação e exigências de controle.³⁹ O ano de 1981 foi muito importante para a construção do dispositivo meio ambiente no Brasil. Promulgou-se a Lei 6.902 sobre a criação de áreas de proteção ambiental, definindo o conceito e a tipologia de unidade de conservação. O Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA foi organizado e a Política Nacional de Meio Ambiente, vigente até hoje, foi criada pela Lei 6.938, em que se previam, entre outras medidas, a exigência de estudos de impacto ambiental para o licenciamento de obras, a participação de representantes da sociedade civil, com destaque para entidades ambientalistas em decisões e consultas no Conselho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA. A mesma estrutura começou a ser reproduzida nos níveis estadual e municipal em órgãos integrantes do SISNAMA.⁴⁰

³⁶ Claude RAYNAUT, et al. *Pesquisa e formação na área de meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas forma de avaliação*. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/3058/2449>

Acessado em 1 de setembro de 2010

³⁷ Ignacy Sachs *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Araújo. São Paulo: Vértice. 1986, p.18

³⁸ M.Bursztyn; M. Persegona Op. Cit. P 163-164.

³⁹ Idem, p.164.

⁴⁰ Idem, p.187-189.

Em 1983, a ONU criou a Comissão Mundial de Meio-Ambiente e Economia, presidida pela ex-Primeira Ministra da Noruega, Gro Brundtland, para equacionar o impasse proteção ao meio-ambiente e desenvolvimento econômico, no momento de uma transformação político-econômica mundial e desaquecimento da produção, decorrentes das crises energéticas e financeiras da década passada. Após cinco anos de estudos e consultas, surgiu o Relatório Brundtland em 1987, intitulado *Nosso Futuro Comum*.

O impasse entre crescer e conservar o ambiente foi solucionado com o consenso em torno do termo ‘desenvolvimento sustentável’, o qual se funda em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental,. A partir daí, não haveria o perigo de políticas de limite ao crescimento serem necessárias, os recursos podem ser usados, o lucro crescer, desde que se mantenha a *sustentabilidade*, mediante a qual “*o desenvolvimento satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.*” O ecodesenvolvimento foi deixado de lado pelos seus próprios criadores, Maurice Strong e Ignacy Sachs considerou-o sinônimo de desenvolvimento sustentável e encerram qualquer polêmica.

Entre os membros efetivos da Comissão destacou-se a presença de Paulo Nogueira Neto, ambientalista, ex-secretário do Meio Ambiente no Brasil. Entre outros brasileiros colaboradores do relatório estavam, Aziz Ab’ Saber, da Universidade de São Paulo; Maria Auguri Yoshioka, da CETESB, São Paulo; Waldemar Albano Jr, do Conselho da Cidade de Cotia, SP; Gerônimo Albuquerque Rocha, ex-presidente da Associação Nacional dos Geólogos, e Mary Alegretti, do Instituto Socioeconômico, que despontou na questão desenvolvimento sustentável na Amazônia ao enfatizar o papel de Chico Mendes e dos extrativistas amazônidas como empreendedores de atividades sustentáveis com o uso de recursos da floresta. A elaboração do relatório contou com consultas, reuniões deliberativas e audiências públicas em várias cidades do mundo; no Brasil ocorreram duas, uma em Brasília e outra em São Paulo, ambas em 1985. Foram criados três painéis consultivos, o de Energia, o de Segurança Alimentar e o de Indústria. O Brasil foi representado apenas neste último painel, por José Mindlin.⁴¹

⁴¹ Cf. Brundtland, et al. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

Bibliografia

ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Tradução de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BRUNDTLAND, Gro et al. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. *A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAMARGO, Aspásia et al.(Orgs.) *Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos Pós Rio 92.2.ed.revista*. São Paulo: Estação Liberdade, Instituto SocioAmbiental. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004.

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação et al. *De Angra a Aramar: os militares a caminho da Bomba*. Rio de Janeiro: CEDI, sem data.

DROUIN, J. M. *L'Ecologie et son histoire*. Paris: Flammarion, 1993.

DUPUY, Jean-Pierre. *Introdução à crítica da ecologia política*. (sem referência ao tradutor).Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FOUCAULT. M. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____ *Securité, Territoire, Population*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

_____ Do governo dos vivos: aula de 9 de janeiro de 1980. *Verve*. Revista Semestral do Nu-Sol, nº 12, outubro 2007, p. 283.

_____ *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Antonio Ramos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, sem data.

LePRESTRE, Philippe. *Ecopolitica Internacional*. Tradução do francês de Jacob Gorender, 2 ed. São Paulo: Senac, 2005.

MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. VI (supl.), 975-1017, setembro 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v6s0/v6s0a10.pdf> Acessado em 3 de janeiro de 2011.

McCORMICK, J. *Rumo ao Paraíso: a História do movimento ambientalista*. Tradução de Marco Antonio E. da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

PASSETTI, Edson. *Anarquismos e Sociedade de Controle*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____ *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*, Projeto Temático FAPESP. 2008.

RAYNAUT, Claude et al. *Pesquisa e formação na área de meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas forma de avaliação*. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/3058/2449> Acessado em 1 de setembro de 2010

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.

SOARES, Guido et al. *Ecologia, Sociedade, Estado*. São Paulo: EDUC 1995.

TAMANES, Ramón. *Crítica dos limites do crescimento: ecologia e desenvolvimento*. Tradução de José Maria Brandão de Brito. Lisboa: Dom Quixote, 1983.

UNESCO. Use and Conservation of the Biosphere. Proceedings of the Intergovernmental Conference of Experts on the Scientific Basis for Rational Use and Conservation of the Resources of the Biosphere: 1968. Liege/Belgica: Unesco, 1970.

Disponível em <http://annals.org/content/73/4/675.4.extract>

Acessado em 15 de setembro de 2010.

WARD, Bárbara; DUBOS, René. *Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta*. Tradução Antonio Lamberti. São Paulo: Edusp. Melhoramentos, Edgard Blücher. 1972..

WORLD Health Organization. WHO. Technical Report Series n° 406. *Research into Environmetal Pollution*. Genebra: WHO, 1968.

WORSTER, Donald. *Nature's Economy; a history of ecological ideas*. 2 ed. Cambridge University Press. 1994.